

ORGANIZADOR:
DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI

COLABORADORES:

ALESSANDRA CHRISTINE BITTENCOURT AMBROGI DE MOURA

ALEXANDRE AGRA BELMONTE

ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN

ANGELO VARGAS

BRENO LENZA CARDOSO

CARLOS ARAGAKI

CLÁUDIO GANDA DE SOUZA

DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI

FÁBIO MENEZES DE SÁ FILHO

FLAVIA DE OLIVEIRA DE ALMEIDA ZANINI

FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI

GUSTAVO DELBIN

LEONARDO ANDRETTI PAULO DE OLIVEIRA

LUCIANA LOPES DA COSTA SCHERPEL

LUIS GUILHERME KRENEK ZAINAGHI

MANOEL FRANCISCO DE BARROS DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI

MARCOS ULHOA DANI

MARIANA CHAMELETTE

MARTINHO NEVES MIRANDA

MAURICIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA

NICHOLAS BOCCHI

PATRÍCIA REALI ZAINAGHI

PAULO SÉRGIO FELZ

PEDRO HENRIQUE FERREIRA MOREIRA

RAFAEL TEIXEIRA RAMOS

RICARDO DE MORAES CABEZÓN

RICARDO GEDRGES AFFONSO MIGUEL

RICARDO PIRAGINI

SERGIO PINTO MARTINS

VÍTOR VIEIRA DE MELO CORDEIRO

WALLACE JOACIR ALVES DE OLIVEIRA

DIREITO
DESPORTIVO

Direito Desportivo

© Org.: Domingos Sávio Zainaghi

EDITORA MIZUNO 2022

Revisão: Eliane Chainça

Revisão Técnica: Domingos Sávio Zainaghi

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

T278 Direito desportivo / Domingos Sávio Zainaghi (Organizador); Alessandra Christine Bittencourt Ambrogi de Moura, et al. – Leme-SP: Mizuno, 2022

424 p.; 17 X 24 cm

ISBN 978-65-5526-313-8

1. Justiça desportiva. 2. Esportes - Legislação. 3. Direito desportivo. I. Zainaghi, Domingos Sávio (Organizador). II. Moura, Alessandra Christine Bittencourt Ambrogi de. III. Título.

CDD 344 81099

Índice para catálogo sistemático

I. Justiça desportiva

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

Ética, Governança e Conformidade no Esporte	15
1. Introdução.....	15
2. Conceitos.....	16
2.1 Ética	16
2.2 Governança	18
2.3 Conformidade	20
3. Ética no mundo da bola.....	23
3.1 Fair play financeiro na Europa	26
3.1.1 Sanções	27
3.2 Fair play financeiro no Brasil.....	28
3.2.1 Lei 13.155/2015	28
4. Conclusão	29
5. Referências	29
Preconceito no Esporte	31
1. Direitos humanos, direitos fundamentais e direitos da personalidade	31
2. Discriminação.....	34
3. A questão da discriminação nas relações desportivas: racismo, homofobia e transexualidade	36
4. Conclusão.....	40
5. Referências	41
Responsabilidade Trabalhista dos Dirigentes Desportivos	43
1. Referências	52
O Desporto Como Amálgama em Tempo de (Des)Humanidade	55
1. Referências	62
Turnaround: Uma Proposta Para Redução de Custos e Endividamento dos Clubes Brasileiros da Série A	65
1. Resumo	65
2. Abstract.....	65
3. Introdução.....	66

4. Metodologia.....	67
5. Referencial teórico.....	68
6. Proposta de turnaround para clubes brasileiros da Série A.....	70
7. Orçamento.....	71
8. Custos.....	72
9. Clube social.....	72
10. Endividamento.....	73
11. Indicadores financeiros.....	74
12. Geração de outras receitas.....	75
13. Base.....	75
14. Gerenciamento de riscos por meio de controles.....	75
15. Considerações Finais.....	76
16. Referências.....	76
A Previdência Social para Atletas de Alto Rendimento.....	79
1. Resumo.....	79
2. Abstract.....	80
3. Introdução.....	80
4. Aspectos históricos da profissionalização do atleta.....	82
5. O Atleta de Alto Rendimento e a Previdência Social - aspectos da aposentadoria.....	86
6. Aposentadoria especial para atletas de alto rendimento - PLP 16/2015.....	90
7. Conclusão.....	92
8. Referências.....	95
Adicional Noturno nas Relações de Trabalho Desportivo.....	97
1. Introdução.....	97
2. Trabalho noturno.....	98
3. Considerações finais.....	102
4. Referências.....	103
Arbitragem Individual Trabalhista à Luz da Lei nº. 13.467/2017: Análise do Conceito de Hipersuficiente e da Ausência do Duplo Requisito aos Artistas e Atletas Profissionais....	105
1. Introdução.....	105
2. Das disposições normativas da arbitragem brasileira e seu objeto no âmbito trabalhista individual e coletivo.....	107
2.1 Da utilização da arbitragem no Brasil.....	108
2.2 Dos princípios arbitrais.....	110
2.3 Do procedimento arbitral.....	113

2.4 Do objeto da arbitragem individual e coletiva trabalhista e da disponibilidade dos direitos envolvidos	116
3. Da principiologia trabalhista protetiva e da figura do hipersuficiente pós-reforma trabalhista ...	119
3.1 Princípios do direito do trabalho e aspecto protecionista ao trabalhador	119
3.2 Análise do conceito de hipersuficiência na Reforma Trabalhista	123
3.3 Da carreira do atleta profissional e da capacidade de resolução individual de conflitos	125
3.4 Da carreira do artista profissional e da capacidade de resolução individual de conflitos.....	132
4. Da convenção arbitral firmada por atletas e artistas profissionais no âmbito individual trabalhista ...	136
4.1 Das hipóteses de contratação da arbitragem pelos trabalhadores brasileiros	136
4.2 Da resolução de conflitos individuais trabalhistas por atletas e artistas profissionais pela via arbitral	140
5. Conclusão.....	143
6. Referências	146
Aspectos da Mediação no Desporto	151
A Relevância do Licenciamento de Clubes como Ferramenta de Governança e Modernização do Futebol	175
1. Introdução.....	175
2. Governança no futebol	176
3. Licenciamento de clubes	178
4. A relevância do licenciamento de clubes como ferramenta de governança	183
5. Conclusão.....	185
6. Referências	186
O Contrato de Patrocínio Esportivo de Empresas Estatais	189
1. Introdução.....	189
2. Regime Jurídico do Contrato de Patrocínio Esportivo em Empresas Estatais.....	191
3. O Contrato de Patrocínio e as Regras das Licitações e Contratos Administrativos	195
4. Conclusão.....	202
5. Referências	203
A Hermenêutica Jurídica nos Contratos de Esportes Eletrônicos: A Questão da Interpretação do Conceito de Transferência e Modalidade Esportiva no Sistema Desportivo Pátrio.....	205
1. Introdução.....	205
2. Da interpretação sistemática dos contratos	206
3. Da interpretação sistemática dos conceitos de “transferência” e “modalidade esportiva” nos contratos de esportes eletrônicos	208
4. Conclusão	213

Três Visões da Formação Desportiva: Clube, Atleta e Intermediário.....	215
1. Introdução.....	215
2. O contrato de formação desportiva para o clube	216
3. Mecanismo solidariedade.....	218
4. O Contrato de Formação Desportiva para o Atleta	219
5. O Contrato de Formação Desportiva e o Intermediário.....	221
6. Conclusão.....	223
7. Referências	223
O Uso Progressivo da Força: Na Jogada e na Aplicação dos Artigos 250 (Ato Desleal ou Hostil), 254 (Jogada Violenta) e 254-A (Agressão Física) do Código Brasileiro de Justiça Desportiva.....	225
1. O desporto na Constituição Federal.....	225
2. O Código Brasileiro de Justiça Desportiva - CBJD	227
3. Das infrações relativas à disputa das partidas	228
3.1 Análise do núcleo do tipo	229
3.2 Objeto material e objeto jurídico	229
4. Artigo 250 – Praticar ato desleal ou hostil	230
4.1 Conceito de ato desleal	230
4.2 Conceito de ato hostil	230
4.3 Elemento subjetivo - dolo e culpa.....	230
4.4 Rol Exemplificativo.....	231
4.5 Exemplos de lances que podem dar ensejo ao artigo 250 do CBJD.....	231
4.6 Jurisprudência.....	231
5. Artigo 254 – Praticar jogada violenta.....	233
5.1 Conceito de jogada violenta.....	233
5.2 Elemento subjetivo - dolo e culpa.....	234
5.3 Rol exemplificativo.....	234
5.4 Exemplos de lances que podem dar ensejo ao artigo 254 do CBJD.....	235
5.5 Jurisprudência.....	235
6. Artigo 254-A – Praticar agressão física	237
6.1 Conceito de agressão física	237
6.2 Elemento subjetivo - dolo e culpa.....	237
6.3 Rol exemplificativo.....	237
6.4 Exemplos de lances que podem dar ensejo ao artigo 254-A do CBJD	238
6.5 Jurisprudência.....	238
7. Absolução	239

8. Conclusão.....	239
9. Referências	240
Penalidades Disciplinares Não Terminativas nos Contratos de Trabalho Desportivos.....	241
1. Introdução.....	241
2. Penalidades não terminativas em contratos desportivos - particularidades.....	242
3. Considerações finais	247
4. Referências	247
A Organização Pública do Desporto no Brasil.....	249
1. A Constituição Brasileira e o Desporto	249
2. O sistema nacional e o sistema brasileiro de desporto.....	251
3. O regime jurídico das entidades desportivas nacionais.	254
4. A autonomia desportiva X fiscalização estatal.....	259
5. A participação do Estado no desporto formal.	264
5.1 A Autoridade pública de governança do futebol - APFUT	264
5.1.1 Os problemas operacionais do PROFUT e da APFUT.....	265
5.2 Justiça Desportiva Antidopagem.....	267
6. Conclusão.....	267
7. Referências	268
Tratamento de Dados no Contrato de Trabalho Desportivo.....	269
1. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	269
2. Peculiaridades do desporto e do contrato especial de trabalho desportivo.....	275
3. Tratamento de dados no Contrato Especial de Trabalho Desportivo.....	280
4. Referências	285
As Peculiaridades do Direito de Imagem no Esporte Brasileiro em Face ao Sistema Constitucional	287
1. Imagem no direito constitucional brasileiro	287
2. A cessão da imagem no Código Civil (Lei nº 10.406/2002).....	289
3. Esporte na Constituição Federal	290
4. Da lei geral do esporte – Lei 9.615/1998.....	291
5. Esporte como satisfação do lazer e plataforma de marketing.....	293
6. Da distinção da natureza jurídica dos contratos de cessão de uso de imagem e contrato especial de trabalho no esporte.....	294
7. Conclusão.....	297

E-Sports: Propriedades Jurídicas Constitutivas e da Relação Entre Seus Atletas e Clubes (Equipes)	299
1. Introdução.....	299
2. E-Sports – Breve histórico.....	300
3. O jogo e o esporte eletrônico	301
4. Como se organiza o esporte eletrônico.....	302
4.1 Desenvolvedoras – Entidades de administração do desporto.....	303
4.2 Clubes – Entidades de prática do desporto.....	306
5. A regulamentação do desporto eletrônico no Brasil	308
5.1 eSport é esporte (desporto)?	309
5.2 Projetos de Lei sobre o eSport	313
6. As relações entre clubes e atletas nos eSports.....	315
6.1 Contratos com relação empregaticia.....	315
6.2 Desdobramento da figura do trabalhador desportivo autônomo.....	317
6.3 Direito de imagem do ciber atleta	320
7. Conclusão.....	321
8. Referências	321
 A Turbulenta Maioridade do Estatuto do Torcedor	 325
1. Introdução.....	325
2. Os desafios do EDT diante do blindado desporto.....	325
3. Futebol, uma paixão mundial!	326
4. A ação direta de inconstitucionalidade movida contra o EDT.....	327
5. A crescente violência nos estádios e a restrição no comparecimento de torcedores às arenas desportivas	328
6. Outros descabros	329
7. Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) e Confederação Brasileira de Futebol (CBF) juntos versus EDT.....	330
8. Conclusão.....	338
9. Referências	340
 Novas Vertentes da Aplicação de Sanção Pecuniária (Multa) aos Atletas de Quaisquer Modalidades de Prática Desportiva	 341
1. Referências	347
 Breves Reflexões Sobre a Ordem Jurídica Internacional Desportiva e Sua Relação Com o Direito Brasileiro	 349
1. Introdução.....	349
2. O pluralismo jurídico na esfera desportiva	349

3. A organização das instituições desportivas no âmbito internacional.....	351
4. A relação da Lex Sportiva com o ordenamento interno.....	356
5. Conclusão.....	358
6. Referências	358
Sociedade Anônima do Futebol	361
1. Denominação	361
2. Histórico.....	361
3. Portugal	361
4. Chile	363
5. Alemanha.....	364
6. Brasil.....	364
7. Sociedade anônima do futebol	366
O Direito de Imagem e Sua Relevância para o Direito Desportivo	369
1. Resumo	369
2. Abstract.....	370
3. Introdução.....	370
4. A imagem.....	371
5. Direito da personalidade.....	373
6. O direito à imagem	375
6.1 Conceito.....	375
6.2 Da autonomia do direito à imagem.....	376
6.3 Restrições ao exercício do direito à imagem.....	377
6.3.1 O consentimento.....	378
6.3.2 Interesse público.....	379
6.3.2.1 Notoriedade	379
6.3.2.2 Evento público.....	381
7. O contexto desportivo.....	385
7.1 O contrato de licença de uso de imagem e o contrato de trabalho do atleta.....	386
7.2 O direito de arena	393
7.2.1 Conceito.....	393
7.2.2 Legislação.....	394
7.2.3 Titularidade.....	395
7.2.4 Natureza do percentual distribuído.....	397
7.2.5 Alcance subjetivo da norma.....	401
7.2.6 Da permissão de transmissão de flagrantes do espetáculo	404
7.2.7 Dos espetáculos de entrada gratuita.....	405

7.2.8 Da participação dos atletas na negociação	406
7.2.9 Da aplicação prática	407
7.2.10 Das alterações trazidas pela Lei 12.395/2011	408
8. Considerações finais	411
9. Referências	414
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	417